



Title	"Bravos nippões" ou embaixadores do Mikado? O período pré-imigratório e a questão da identidade (1890-1908)
Author(s)	Dezem, Rogério Akiti
Citation	ブラジル研究. 2015, 11, p. 1-33
Version Type	VoR
URL	https://hdl.handle.net/11094/106544
rights	
Note	

The University of Osaka Institutional Knowledge Archive : OUKA

<https://ir.library.osaka-u.ac.jp/>

The University of Osaka

“Bravos nippões” ou embaixadores do Mikado? O período pré-imigratório e a questão da identidade (1890-1908)ⁱ

Rogério Akiti Dezem

Introdução

Hoje gostaria de tratar aqui de um período importante para os estudos relacionados à construção da(s) identidade(s) nipo-brasileira(s) associada a aspectos sócio-políticos da história do Japão e do Brasil há pouco mais de cem anos. Período que abrange as três últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX, momento em que ocorreram de maneira mais efetiva os primeiros debates acerca da possibilidade de se trazer para o Brasil mão de obra imigrante de origem asiática (“Questão Chinesa”, 1879) como possível substituta imediata ao agonizante regime escravista. Na década de 1890, descartada definitivamente a vinda

ⁱ Artigo adaptado a partir de uma comunicação apresentada no **XXII ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA JAPONESA – IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS JAPONESES NO BRASIL**, realizado na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, nos dias 30 e 31 de agosto de 2012, sob o tema **Brasil e Japão: Pós-Modernidade e Novas Perspectivas**.

efetiva de chineses para o Brasil, foi pela primeira vez aventada à possibilidade da contratação de imigrantes japoneses, *imaginados* por uma parcela do governo e dos fazendeiros paulistas como mais “dóceis e disciplinados” do que os europeus, principalmente quando os imigrantes italianos passaram a ser não só “desejados”, mas “temidos” (Ver RIBEIRO, 1985). Mesmo com a chegada efetiva da primeira leva de japoneses em São Paulo no ano de 1908, ainda havia mais dúvidas do que certezas em relação ao “novo” imigrante que aqui aportava.

Para compreendermos melhor esse importante período, devemos delinear o itinerário discursivo e imagético sobre o(s) asiático(s) no exterior e no Brasil, no caso chineses e japoneses. Itinerário que, no caso brasileiro, se iniciou ainda o século XVI, a partir do olhar luso sobre a Ásia e os asiáticos (Ver FREYRE, 2003) *in loco*. Olhar que a partir da segunda década do século XIX, recebeu matizes mais “amarelas”, com a tentativa frustrada em se trazer para o Rio de Janeiro (Fazenda Imperial Santa Cruz) os primeiros trabalhadores chineses com o intuito de se introduzir a lavoura comercial de chá no Brasil colonial. A partir da efetivação da imigração asiática para São Paulo, esse itinerário, antes imaginado, tornou-se *real* com a chegada dos japoneses pioneiros.

1) Mas o que significava *ser amarelo* no período?

Como é sabido, a construção de um imaginário europeu sobre a Ásia e os asiáticos tem sua origem nas narrativas¹ de Marco Polo

no *Livro das Maravilhas*, obra considerada por quase quatro séculos como mera, mas deliciosa, narrativa para entreter a elite letrada europeia. Desde o pioneiro veneziano, um olhar muito mais curioso, fantástico do que preconceituoso sobre o Extremo Oriente começou a efetivamente tomar forma. No entanto, neste nascente discurso sobre o “Outro”, ainda não existia a associação da imagem do asiático à cor amarela, na maior parte da literatura dos séculos XVI e XVIII os habitantes da região, principalmente, os chineses e os japoneses, eram descritos como *brancos*². A ideia de que os habitantes do Extremo Oriente seriam *amarelos* só passou a ser veiculada - e possuir um sentido - a partir do século XIX³. A efetivação deste discurso se deu menos mediante a literatura de viagem ou aos relatos dos missionários da Igreja Católica, do que a partir de um discurso “científico”, fazendo com que a cor amarela se tornasse uma designação *racial*. (KEEVAK, 2011: 2)

Em 1727 com a publicação póstuma da obra *History of Japan* do médico alemão Engelbert Kaempfer (1651-1716), principal referência no Ocidente sobre o Japão até meados do século XIX, os japoneses deixavam de ser considerados *brancos* perante o olhar europeu, passando a ser descritos como possuidores de uma tonalidade marrom (*braune, tawny, bazanez*) (KEEVAK, 2011: 29)

Foi o médico e anatomista, Johann F. Blumenbach em 1795 que definitivamente proclamou que as populações do Extremo Oriente eram de *raça amarela*, distinta, portanto do branco

caucasiano. Ao longo do século XIX e início do XX, a maior parte dos médicos e antropólogos se debruçou para provar a existência de uma (suposta) *raça amarela*, intermediária entre a *raça branca* classificada como superior e a *negra* como inferior. Paralelamente ao discurso médico, a literatura de viagem produzida, principalmente a partir da década de 1850 tornou-se um importante fator de reforço desse “teatro das raças”. Vale lembrar que as xilogravuras japonesas (*moku hanga* e *nishiki ê*) e a nascente fotografia sob a forma de cartões-postais (*Yokohama shashin*) produzidos por estúdios fotográficos no Japão (IIZAWA, 1995:97), também conspiraram para a formulação de imagens geralmente positivas sobre os habitantes da terra do sol nascente.

2) Até que ponto as elites (oligarcas *Meiji*) souberam manejar “os instrumentos da modernidade” (tecnologia e teorias ocidentais) para criar as bases do estado-nação japonês?

Para o historiador marxista britânico Colin Baker, o papel dos primeiros governantes *Meiji* foi o de “facilitar” a transição entre duas realidades, pré-1868 e pós-1868 (BAKER:1982). Desmontando e “apagando” - a partir do *esquecimento* - a velha ordem (shogunato, influência chinesa, *Ryôbu Shintô*) com o intuito de criar uma identidade a partir da invenção de novas tradições. Segundo Baker, esta foi a principal tarefa do governo *Meiji* que em suas primeiras décadas (1870-1880) foi composto em sua maioria

por ex-samurais. Neste contexto, essa estratégia *de se inventar uma tradição* teria a função de:

Externamente: se afirmar perante o “Outro” (europeu e norte-americano)

Internamente: para dar coesão social e política, criando um “sentimento de pertencimento” ou uma “identidade social” (Ver POLLAK, 1989: 3-15)

O cientista político norte-americano Benedict Anderson afirma que não é só o Estado que é capaz de mobilizar recursos na construção de uma comunidade imaginada em torno de si próprio, mas existem outras alternativas associadas, como por exemplo, o universo popular. Para Anderson, o processo de construção de uma nação se mostra “ambíguo e polissêmico”, particularmente nas sociedades da Ásia que sofreram o impacto do Ocidente ao longo do século XIX. No caso japonês, especificamente, nos chama atenção para a complexa relação entre as formas oficiais (*kan*) e populares (*min* - sentimento nativista) de nacionalismo dividindo o mesmo espaço. (Ver ANDERSON, 2009: 80-128).

Uma parcela considerável dos estudos relacionados à construção do nacionalismo japonês se baseiam no que Anderson define como “nacionalismo oficial” ou “nacionalismo de Estado” (*Kokka shugi*). Na concepção do historiador norte-americano Kevin Doak, o Estado é visto como o cerne da identidade social e a cultura serve como mediadora entre o indivíduo e o Estado. Essa relação

levou a proeminência do poder do Estado *Meiji* sobre os indivíduos no Japão, que passaram a ser considerados por lei como “cidadãos”. Na pavimentação desse caminho entre indivíduo/Estado ao longo do último quartel do século XIX e na primeira década do XX, uma série de teorias e estruturas foram importadas da Europa e dos EUA e testadas, mas sempre em conjunto ou contraponto ao *ethos* japonês que se inventava.

Ao refletir sobre o curso da História do Japão desde o (re)encontro com o Ocidente na década de 1850, o *scholar* japonês Tōyama Shigeki, argumenta que a trajetória do sentimento nacionalista japonês se alicerçou em duas fortes correntes: “nacionalismo reacionário” (*handôteki nashonarizumu*), identificado com um modelo estatal de caráter capitalista; “nacionalismo progressivo” (*shinpoteki nashonarizumu*) que se identificava com aspirações mais populares. A relação entre essas duas formas de nacionalismo podem ser consideradas, segundo Shigeki, como os principais mecanismos que moldaram os discursos nacionalistas japoneses em relação ao Ocidente no período pós-1868 (DOAK, 2004: 13-14).

Segundo o cientista político norte-americano Walker Connor, a relação entre nacionalismo e Estado pode ser demonstrada historicamente, nessa relação, a *nação* estaria mais associada a aspectos étnicos (etnicidade) do que apenas a lealdade ao Estado. É o que ele define como *Etnonacionalismo* (IDEM). Esse seria o modelo seguido pelo nacionalismo japonês onde a lealdade/identificação ao Estado perpassa pela questão da constante

busca da afirmação de uma etnicidade (cultura/raça) perante ao “Outro” até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Essa modalidade de nacionalismo que emergiu no período pós-1868 se baseou na ideia de cultura (ênfatisando suas particularidades) e de homogeneidade racial como elementos fundadores do Estado Nacional japonês (HOWELL, 2004: 103). Paralelo às transformações ocorridas a partir da década de 1870, o governo japonês de forma organizada passou a propagar um ideal de *comunidade* onde a *família* e a *figura do Imperador*, tornam-se elementos chave para a integração de uma população heterogênea, cujo sistema de classes (*shimin byôdô*) havia sido abolido oficialmente em 1872. Ao longo desse processo, importantes aspectos culturais nativos como o xintoísmo, foram mobilizados, enquanto identidades regionais eram suprimidas ou sujeitas a um processo de redefinição cultural a partir de novos referenciais, objetivando a consolidação de uma ideologia de caráter nacional na qual a família (*kazoku*) passou a simbolizar o principal produto das novas relações sociais, econômicas e políticas, ou seja, uma identidade nacional deveria ser criada (WEINER, 2008:1-3). Identidade essa forjada a partir de elementos nativos e de elementos importados, assumindo qualidades e capacidades únicas ligadas ao ideal de nação/cultura (*minzoku*).

Nesse processo moderno de *invenção das tradições*, o xintoísmo teve um papel fundamental como elemento articulador do nascente nacionalismo japonês. A transformação de templos locais, como no caso do santuário de *Ise* em locais de peregrinação e memória

nacional, como também a criação de datas comemorativas como o “Dia do Aniversário do Imperador” ou “Dia da Constituição”, de símbolos e de monumentos (como os *toris*) ligando um passado imperial imaginado às necessidades vivenciadas pelo país naqueles anos. A nação foi projetada como uma extensão da família e o Imperador foi estabelecido como a “cabeça” do Estado e o “Pai semi-divino” - fundador e legítimo continuador - da comunidade imaginada nacional. Segundo a historiadora norte-americana Carol Gluck, essa comunidade imaginada foi elevada ao nível do sagrado, quando da reverência obrigatória da figura do Imperador, visto como “cabeça do povo” (*minzoku no osa*) e sua lealdade e obediência ao Estado como equivalente (GLUCK, 1985: 91-3). Neste processo de reengenharia do nascente estado moderno nipônico o fator *raça* teve um importante papel como elemento coadunador na transição de uma sociedade heterogênea e de forte caráter regional para a consolidação de uma nação moderna que adentrava o panteão dos “mitos raciais” a partir da (falsa) imagem de homogeneidade racial e cultural.

3) O que significava *ser japonês* neste contexto histórico *fin de siècle* de rápidas e efetivas transformações, momento cujas certezas ou “-ismos” à europeia se tornavam paradigmas a serem seguidos?

Enquanto o *amarelo*, sob a ótica europeia, se tornava a cor dos habitantes do Extremo Oriente *par excellence*, no Japão os

efeitos - a curto e médio prazo - pós-1868 não foram capazes de consolidar uma identidade japonesa, mas contribuíram decisivamente para produzir os referenciais que sustentaram a nascente comunidade imaginada nipônica: a monarquia⁴ e a figura do Imperador (*Tennô*)⁵.

Como citado anteriormente, a comunidade imaginada nipônica foi se formando⁶ a partir da era *Meiji*, quando os oligarcas da jovem nação japonesa, forjados mental e espiritualmente a partir da simbiose *Tokugawa/Meiji*, passaram a “inventar, reviver, manipular e encorajar rituais nacionais com um vigor inédito” (FUJITANI, 1998: 11). Foi baseando-se nessa invenção de tradições que tinha como *leitmotiv* a nativa crença xintoísta, que a elite governante nipônica buscava efetivamente entre outras coisas: consolidar a nação japonesa internamente, minimizando as diferenças regionais, criando um “povo” japonês (*kokumin*); modernizar-se para não sucumbir - como a China - ao imperialismo europeu⁷ e, paralelamente a isso, obter o reconhecimento perante as potências brancas ocidentais como uma nação ímpar no contexto asiático (i.e. não amarela).

Sobre esse processo, mesmo antes dos historiadores britânicos T. Ranger e E. Hobsbawn desenvolverem a tese clássica sobre a “invenção das tradições”, setenta anos antes, outro britânico, o *scholar* Basil Hall Chamberlain na obra *The Invention of a New Religion* (1912), já analisava a jovem nação japonesa sobre um

prisma parecido, ao observar que “ (...) *while Japan’s governing elites had begun to convince the Japanese people and the rest of the world that “new Japanese Religion” of “Mikado worship and Japan-worship” was of ancient vintage, they were in fact inventions of extraordinarily modern times* (FUJITANI, 1998: 1-2).

Durante o período *Tokugawa* (1603-1868) não havia entre a maior parte da população japonesa um forte senso de identidade nacional, nem uma clara imagem do Imperador como um símbolo de unidade nacional⁸. Apesar da insularidade que facilitava o isolamento nipônico e o uso de uma língua comum (apesar dos dialetos regionais) havia muito mais um sentimento de proximidade, quase parentesco entre os japoneses do que, propriamente, um senso de consciência nacional. Essa é uma característica moderna, menos um produto das circunstâncias naturais e linguísticas do que uma política de caráter histórico-cultural estrategicamente motivada e aplicada pela elite governante durante os anos de *Meiji* (FUJITANI, 1998: 5)

Dessa maneira, historicamente a identidade local/grupal era um referencial muito mais importante cultural e socialmente do que os difusos referenciais de caráter nacional. Ainda segundo o historiador japonês T. Fujitani, as diferenças culturais regionais, como os diferentes dialetos regionais, contribuíram para o isolamento entre regiões e suas comunidades locais muito mais do que o - tão propagado - fator da insularidade japonesa perante ao

outro não-japonês⁹. O *furusato*, portanto, ainda era o grande referencial de etnicidade para a maior parte dos japoneses há pouco mais de cem anos atrás.

Um importante fator que serviu para minimizar as diferenças regionais e consolidar a comunidade imaginada nipônica sob a égide imperial, foi a política educacional instituída a partir da década de 1880¹⁰. De caráter nacionalista no início, a educação nas escolas primárias e secundárias nipônicas a partir da década de 1890 passaram a ter um viés com tonalidades militaristas como por exemplo na criação de jogos de tabuleiro (“Conquiste a China *Sugoroku*”), na orientação cívica dos livros didáticos e no ensino de marchas de caráter militar (*gunka*) já na escola primária (Ver MAKITO, 2011:119-139).

Após a outorga da primeira Constituição japonesa em 1889, o Japão passou a se afirmar cada vez mais no cenário doméstico (Ásia) e internacional. A política emigratória para a Ásia e para a América do Norte se tornam efetivamente uma importante questão para os oligarcas *Meiji*.

4) Qual o papel das guerras Sino-Japonesa (1894-95) e Russo-Japonesa (1904-05) na consolidação de uma identidade nacional japonesa e na (re)formulação dos discursos acerca do Japão e dos japoneses?

Nesse contexto, o discurso racista europeu e norte-americano relativo à raça amarela foi consolidado entre as décadas de

1890/1900. Este foi um momento de “ajuste de foco” da maneira como o governo japonês passou a lidar com os instrumentos da modernidade. Essa *práxis*, por exemplo, se refletiu na concepção da primeira Constituição nipônica e na oficialização de uma política emigratória (1896). Para compreendermos melhor o significado e a influência dos discursos e imagens relativas aos japoneses nesse período pré-imigratório para o Brasil, devemos nos ater mais especificamente aos anos de 1894-1905, destacando o papel das guerras Sino-Japonesa (1894-95) e Russo-Japonesa (1904-05) na consolidação de uma identidade japonesa de caráter nacionalista (*Kokutai*), mas ainda não militarista. Foi nesse período que o Japão colocou em prática todos os discursos/debates sobre o significado de ser japonês pela primeira vez perante o “Outro”.

Na época, a guerra Sino-Japonesa, nas palavras do intelectual liberal japonês Yukichi Fukuzawa (1834-1901), seria “uma guerra entre a *civilização* (Japão) e a *barbárie* (China)” ou nas palavras de um diplomata alemão “uma guerra entre amarelos no fim do mundo”, diferentes perspectivas sobre um mesmo acontecimento. O conflito não só teve um importantíssimo papel na consolidação de um referencial belicista como base para afirmação da nacionalidade japonesa¹¹, mas também pode ser considerado o principal fato histórico que subverteu a hierarquia (cultural, militar e econômica) na geopolítica do Extremo Oriente.

Apesar de ser um conflito “esquecido” pelo Ocidente¹², eclipsado pelas posteriores guerras, seus efeitos imediatos no teatro asiático são de importância fundamental para se compreender as relações entre China, Japão e Coreia até os dias atuais¹³. Para o Japão e os japoneses foi o início de um grande e efetivo *turning-point* de dez anos (1895-1905), consolidando as bases da caminhada imperialista nipônica. Segundo o historiador japonês Saya Makito a Guerra Sino-Japonesa (1894-95):

“(...) differs from others wars experienced by modern Japan in two important aspects. First, this conflict marks the beginning of a significant transformation in both the nature of Japanese society and popular perceptions of it. (...) the Sino-Japanese War gave birth to a sense of national identity in Japan. As a result of their wartime experience, the Japanese people evolved into a modern nation-state”. (MAKITO, 2011: xxi).

Este conflito “entre amarelos” e a consequente vitória japonesa, além de dar início a uma mudança mais efetiva de percepção da Europa perante à Ásia¹⁴, influenciou de forma dramática as diretrizes da política externa das potências imperialistas ocidentais no Extremo Oriente. Nas palavras do historiador norte-americano S.C.M. Paine:

“The Western perception of Japan as a great power was born in September of 1894. In a three-day period, Japan used modern arms so professionally and defeated China on land and sea so decisively that quite suddenly the Western world perceived Japan as a modern power. Japan became the first non-European power in modern times to do so. (...) As a result of the war,

Japan became and has remained an integral part of Western power calculations.” (PAINE, 2006: 4).

Há um debate na historiografia japonesa sobre qual seria efetivamente o conflito - Guerra Sino-Japonesa ou Russo-Japonesa-consolidador de um sentimento de nacionalidade, ou seja, que sedimentasse a comunidade imaginada japonesa, indo além da língua e dos aspectos culturais locais. Aproximando em um primeiro instante *patriotismo* à *histerismo coletivo*. O historiador Saya Makito afirma que:

“War as no longer something that could be dismissed as someone else’s business. It had the support of society at large, and in that sense, everyone was now a participant. A new awareness that the war had been possible only with the popular support gave birth to a vision of the nation as united in a common destiny with its people.

The Sino-Japanese War certainly inspired a form of collective madness, but one that Japan could not avoid on its march to modernity, for it was through this collective madness that Japan was transformed into a modern nation-state.”(MAKITO, 2011: 118)

Os dez anos que se seguiram à vitória japonesa sobre a China, são de extrema importância para se compreender como se deu a efetivação de uma memória nacional (baseada na religião nativa xintoísta), a efetivação de uma comunidade imaginada japonesa (baseada no Imperador e na guerra) e o início de uma política emigratória (de caráter expansionista) baseada em diretrizes mais

efetivas, entre os objetivos principais estariam afastar o “white peril” e obter o reconhecimento pleno - industrial, militar, econômico e, principalmente, racial - perante ao outro *temido/admirado* Ocidente. E desse modo tornar-se um membro das nações consideradas de “primeira classe” (*Ittô Koku*).

Meu objetivo aqui não é discorrer sobre as origens do conflito ou sobre o teatro de operações na Coreia e na Manchúria, mas dentro da proposta deste artigo, apresentar quais as maiores preocupações do governo japonês meses antes do início do conflito, possibilitando uma melhor noção dos objetivos governamentais nipônicos no conturbado período. A bibliografia sobre o conflito apresenta como duas as principais preocupações do governo japonês às vésperas do ataque surpresa japonês em fevereiro de 1904:

- 1) *Limitar o conflito ao território em disputa (Coreia/Manchúria) e fazer o possível para que o conflito fosse o mais breve possível, evitando que o conflito tivesse um caráter mundial, ou seja, atraísse as potências ocidentais que deveriam (na ótica japonesa) se manter “neutras”;*
- 2) *As potências europeias (Inglaterra, França, Alemanha) e os Estados Unidos eram nações “brancas e cristãs”, isso gerava um grande temor de que apoiassem o Império Russo, propagando a ideia negativa de que o conflito se tratava de um embate entre “cristãos e pagãos”, visão essa que era um dos pilares da mitologia sobre o “Yellow Peril”.* (MATSUMURA, 2011: 18)

A segunda questão tocava em um ponto sensível da política modernizadora japonesa, indo além do âmbito técnico/econômico: o

reconhecimento japonês como potência *racial*. A preocupação com a propagação do “yellow peril” e, por conseguinte, com a imagem do Japão e dos japoneses no exterior fez com que de forma rápida o governo enviasse dois emissários os Barões Kaneko Kentaro e Suematsu Kenchô¹⁵, respectivamente para os Estados Unidos e para a Europa (Inglaterra) com a “sagrada missão” (*mômei*) de explicar que o objetivo japonês era o de “defender seus interesses na Ásia” contra quaisquer ameaça russa e tentar desmistificar ou diminuir o sentimento antinipônico associado ao *perigo amarelo*. Antes de embarcar para a Europa, no início de fevereiro de 1904, o Barão Suematsu recebeu um memorando de caráter privado/secreto com sete artigos instruindo-o sobre sua missão. Destacamos aqui três dos artigos associados diretamente a questão do “yellow peril”:

“(…)

2. *Since Yellow Peril feelings lie concealed in the thinking of Europeans and Americans, and Russia is stirring them up everywhere, we must prevent a further outbreak.*

3. *One of main reasons why the Imperial government advised the Chinese government to remain strictly neutral was to prevent a fresh outbreak of Yellow Peril sentiment. We must make clear how the Imperial government has made every effort to restrict the sphere of hostilities and not disturb the peace or trade generally.*

4. *The fact that the Imperial government is striving for the education of the Chinese people is cited as one of the strongest pieces of evidence by those who stir up Yellow Peril sentiment. However, it is essential for peace in the East to educate the Chinese and make them a civilized people. Not only does this add to the security of our country, but its also most valuable for other countries which have interests in Far East. We must in addition*

make it generally understood that military education is intended to serve the same purposes, enabling China to maintain order by itself and thus making it possible to achieve peace in the Far East. (...)"(NGB, Nichiro Senso V, Attachment to Document No.441) (MATSUMURA, 2011: 23).

Foi a vitória japonesa no conflito contra os russos (1904-05)¹⁶ que completou esse espetacular *turning-point* de dez anos. Guerra que está diretamente associada aos resultados do conflito sino-japonês, mas que possui singularidades importantes, pois desta vez se tratou simbolicamente de um conflito entre Ocidente *versus* Oriente ou entre “brancos, cristãos” e “amarelos, pagãos” na linguagem da época. Conflito também eclipsado pelas guerras posteriores e que há pouco tempo - menos de dez anos - quase não era citado na bibliografia sobre o Japão produzida na América ou Europa. Outra observação que cabe fazer aqui, é que na grande maioria das obras em português sobre imigração que tratam da primeira fase imigratória (1908-41), foi dada pouquíssima ou quase nenhuma importância ao conflito sob a perspectiva de formador/consolidador da nacionalidade e, por conseguinte, como referencial da forma de pensar e agir dos imigrantes japoneses até 1945¹⁷. Essa “amnésia histórica” pode ser explicada de forma mais simplista, a partir da afirmação de que os conflitos posteriores – como a Primeira Guerra Mundial (1914-18) - acabaram por eclipsar a vitória contra os russos. Outra hipótese, a partir de uma análise mais cuidadosa sobre esse *esquecimento* do conflito entre o “sol e o orvalho” (*Nichiro sensô*), teria ocorrido de forma “proposital” no caso japonês após a derrota na Segunda Guerra Mundial (1945),

pois o mesmo simbolizava um dos pilares do discurso militarista japonês (Ver KOWNER, 2007).

Podemos dizer que na aquele momento a vitória no conflito com os russos foi um espelho da modernidade japonesa¹⁸, tanto para o bem quanto para o mal. Portanto, tratou-se de um enorme passo para reforçar a gênese de uma mitologia de que os japoneses estavam unidos¹⁹ sob o *Hi no maru*.

5) Como os brasileiros (a diminuta opinião pública, a imprensa e o governo), imaginavam o Japão e os japoneses?

A restauração do poder imperial a partir de 1868, entre outros fatores, desencadeou uma série de mudanças drásticas no país das cerejeiras, mudanças que atingiram de diferentes maneiras todos os âmbitos da nascente nação moderna japonesa. O grande impacto de novas ideias/teorias, da tecnologia importada e o seu descompasso com o *modus vivendi* da maioria dos japoneses teve efeitos diferentes no interior (quase intocado) e nos crescentes centros urbanos como Tóquio, Osaka, Nagóia e Yokohama. A partir do último quartel do final do século XIX, caberia ao governo japonês diminuir essas diferenças.

A política emigratória japonesa foi produto dessas transformações, a partir da iniciativa de grupos privados - emigração para o Havaí em 1868 - ou governamentais – para os Estados Unidos, a partir da década de 1880. O fato foi que a estratégia de dar

suporte a uma política efetiva de emigração para a América consistiu, na realidade, em uma tentativa de sanar as debilidades de um Estado em vias de modernização. Um dos principais objetivos era o de diminuir o excedente populacional nas regiões rurais, visando atenuar as tensões sociais consumadas em protestos e revoltas - as “contrações do parto” da modernidade japonesa. Outra questão urgente e de caráter externo foi a necessidade de afirmar o Japão como potência em franca ascensão perante a Europa e os Estados Unidos, verdadeira obsessão da classe dirigente japonesa. Dessa forma, a política emigratória e de colonização posta em prática, efetivamente, a partir da década de 1890, tornou-se um dos pilares da construção do “Grande Japão” entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX.

Produto dessa política e de algumas iniciativas particulares foi, em um primeiro momento, o surgimento, na região sudeste do Brasil, nas décadas de 1910 e 1930, de núcleos coloniais japoneses. Denominado simplesmente de “Colônia” pelos próprios imigrantes, esse universo simbólico, era muito mais *imaginado* do que propriamente delimitado por fronteiras geográficas. Sua organicidade se dava por meio da preservação da língua e cultura japonesa, da criação de associações locais e regionais, da circulação de jornais desde a década de 1910 e também de atividades esportivas como campeonatos de sumô e beisebol.

Em seu *background*, as primeiras levas de imigrantes japoneses que aportaram no Brasil, já traziam dentro de si os efeitos de um Japão que buscava a modernidade a qualquer preço - na sua

maior parte sujeitos/objetos do turbilhão de mudanças desencadeadas pelas reformas *Meiji* em implementação. Esses imigrantes, ao mesmo tempo em que eram considerados “bravos e leais súditos do Imperador” além-mar, no discurso oficial, eram tidos, por muitos dos seus conterrâneos, como “mortos-vivos que partem em busca das árvores dos frutos de ouro”.

Neste contexto é interessante citar o questionamento da historiadora japonesa Naoko Shimazu: *How important was the physical process of traveling in reinforcing the national identity of the individual?*²⁰ Shimazu levanta essa pertinente questão em relação aos jovens japoneses que saíram do interior do país - muitos pela primeira vez - para lutar pela “pátria” na guerra contra os russos. Essa jornada da vida (*jinsei no tabi/tabiji*) também pode ser representada pelos emigrantes que saíram do interior do Japão, deixando sua terra natal (*furusato*), muitos pela primeira vez, para se aventurar em terras estrangeiras. No período aqui perscrutado (décadas de 1890-1908) até que ponto seria possível afirmar que essa jornada reforçaria a identidade nacional (“eu”= *Dai Nippon Teikoku*) ou a distância possibilitaria o efeito inverso (“eu”= *furusato*)?

6) Como deveriam se comportar os “embaixadores do *Mikado*” no exterior?

Ao enviar seus emigrantes para a América do Norte, inicialmente, e depois América do Sul, o governo japonês almejava

que a emigração de seus naturais tivesse um caráter permanente. O emigrante, dessa forma, se tornava um legítimo representante do Império do Sol em solo estrangeiro, na busca de consolidar positivamente a imagem do povo japonês junto aos países ocidentais. Aqueles nativos que, por uma série de razões, se aventurassem como emigrantes, tornavam-se automaticamente, aos olhos do governo nipônico, “pequenos embaixadores”, legítimos representantes do Japão e de uma (suposta) *raça japonesa* no exterior. Esse fato revela uma grande preocupação em relação à *imagem* que esses emigrantes deveriam representar no exterior. É fato que, nas primeiras décadas da emigração japonesa para o Brasil, a maior parte dos candidatos a *dekasseguinin* (literalmente: “povo que sai para ganhar a vida”) eram provenientes do sul, nordeste e noroeste do Japão, regiões interioranas, tradicionalmente agrícolas e que, na ótica dos dirigentes *Meiji*, ainda não haviam “recebido” o seu lastro de modernidade. Impossibilitado de evitar a emigração de japoneses destas regiões, o governo japonês passou a orientá-los quanto ao modo como deveriam se comportar perante o “Outro” ocidental.

Dessa forma, desde a década de 1890, o governo passou a enviar diretrizes aos governadores das principais prefeituras (*ken*) japonesas que tinham o maior contingente de candidatos a emigrante. Essas orientações versavam sobre a maneira como cada indivíduo japonês deveria se comportar no exterior:

- “1. *Lembre-se de que você é um cidadão do Império Japonês, portanto não deixe uma impressão vergonhosa nos países estrangeiros;*
2. *Controle-se e evite a tentação de negligenciar seu trabalho com jogo, bebida etc.;*
- (...)
5. *Trabalhar duro e poupar o seu dinheiro deve ser sua principal preocupação; não desperdice seu dinheiro mesmo que inicialmente acumule pouco. (...)*” (GEIGER, 2007: 37)

Trabalhar duro, juntar uma quantia razoável de capital para ajudar suas famílias no Japão e, conseqüentemente, fortalecer a economia japonesa eram as diretrizes primordiais.

É curioso notar que, caso ocorresse algum problema (atitudes preconceituosas, por exemplo) por parte do contratante ou do país receptor em relação ao emigrante, sob a ótica dos dirigentes japoneses, o responsável, em princípio, seria o próprio emigrante (!!), considerado, aos olhos do governo japonês, como não suficientemente “moderno”. Para alguns políticos japoneses, nas décadas de 1890-1900, o preconceito contra seus conterrâneos não seria apenas produto de um racismo de brancos contra amarelos – indo na verdade, além da aparência dos mesmos, ele poderia ocorrer devido à falta de “civilização” de alguns emigrantes. Essa preocupação esteve associada principalmente à política emigratória japonesa para a América do Norte (Estados Unidos e Canadá), mas também serviu como referência para a emigração rumo à América do Sul, no caso, Peru e Brasil.

Epílogo: A ambiguidade dos discursos sobre os imigrantes japoneses no início do processo migratório para o Brasil.

No caso brasileiro, desde 1908, ano oficial do início da imigração japonesa para o país, os “pequenos embaixadores” do Japão aos olhos da opinião pública brasileira foram vistos de formas diferentes ao longo de sua trajetória em terras brasileiras. As imagens construídas sobre os japoneses foram, em grande parte, produto dos momentos históricos protagonizados pelo país do sol nascente ao longo do século XX.

Inicialmente, imaginavam-se os imigrantes japoneses como representantes de um mundo exótico, de gueixas, samurais, recém-aberto para o “mundo civilizado”. Indo além, no início do século XX, a essa imagem inofensiva foi agregada a ideia do Japão como nascente potência militar e industrial, após suas vitórias sobre a China (1894-5) e, principalmente, contra a Rússia (1904-5). Ou seja, uma ameaça amarela ao Ocidente pairava no ar...

No início do mês de março de 1904, logo após o início das hostilidades entre a Rússia e o Japão, a revista ilustrada *O Malho* convidou seus leitores a participar de uma votação livre sobre quem venceria a guerra entre russos e japoneses. O chamado *Escrutínio Russo-Japonez* teve espaço em seis edições da revista. As votações se encerraram em 9 de abril de 1904, na edição número 82 da revista, notificou-se aos leitores que o motivo alegado para pôr termo a votação foi o excessivo número de cartas mandadas a redação! O resultado final foi marcado pela “triunfal vitória nipônica”, como

ocorreria na guerra um ano e meio depois: Japão: 4.169 votos; Rússia 1.132 votos. Entre aqueles que votaram a favor do Japão, os motivos são interessantes e positivos. O pequeno arquipélago nipônico era visto como “a nobre nação do sol levante”, “intrépido e destemido” e que “caminha a passos tão largos para o progresso”. Por sua vez, o povo japonês era, segundo a opinião dos leitores, um fiel retrato de sua nação. Naquele momento, se o governo japonês tivesse em mãos essa pesquisa ficaria satisfeito pelo modo como era visto “o heroico povo japonês, o mais progressista do mundo”. Idealizados sempre com “sympathia”(sic), os japoneses eram frequentemente citados como “civilizados”(sic), “patriotas”, “valentes”, “briosos”, “pacientes”, “laboriosos”, “viris”, possuidores de “refinado gosto estético” e admirados “por desprezar a morte” (Ver DEZEM, 2005).

Após o deslocamento das primeiras levas de imigrantes japoneses em direção ao interior do estado de São Paulo para trabalhar na lavoura cafeeira, entre as décadas de 1910 e 1930, novas e complexas impressões sobre esse imigrante constituíram-se. A partir das primeiras experiências com a mão de obra japonesa, nem sempre positivas, novas opiniões foram veiculadas: “fisicamente inferiores ao branco, mas eficientes no trabalho”; “representantes de uma raça exótica, mas imponente”; “pouco assimiláveis”; “educados e sérios”, “enigmáticos”.

Estas opiniões contraditórias são importantes para que se possa ter uma ideia dos efeitos iniciais da imigração japonesa no Brasil, ou seja, suas repercussões entre as autoridades brasileiras e

na opinião pública nacional. Além disso, pode-se avaliar até que ponto a política emigratória japonesa e sua forma de ocupação do espaço físico (terra), realizada a partir das ações dos emigrantes e do governo japonês em território nacional alcançou os seus objetivos.

Como vimos o período sob a égide do imperador *Meiji* foi marcado politicamente e socialmente pela consolidação da sua figura como elemento coadunador de uma *raça* (mítica) e de uma *nação* japonesa (inventada). A comunidade imaginada nipônica produziu no “povo japonês” um inédito sentimento de identidade nacional; identidade forjada a partir da articulação de elementos nativos e importados que acabaram por produzir as singularidades do *minzoku* japonês. As vitórias nos conflitos com a China e depois contra o Império Russo serviram de elemento de aproximação entre o governo e a sociedade civil japonesa. A palavra “guerra” (*sensô*) tornou-se assim um dos *leitmots*, ou seja, um dos elementos agregadores da primeira fase (1868-1945) do longo processo de modernização pelo qual passou o Japão até a catástrofe de 1945.

Externamente, a afirmação da imagem dos japoneses como pertencentes a uma suposta *raça amarela* pelo Ocidente afetou diretamente as diretrizes do governo japonês com relação à política emigratória (1890 – novo projeto político emigratório japonês). Principalmente, entre as décadas de 1890 e 1910 o governo japonês a todo custo quis construir uma imagem positiva da nascente nação japonesa. Desse modo, os emigrantes japoneses podem ser considerados sujeito/objeto desse projeto, e principalmente,

“vítimas” do desigual processo de modernização japonês instaurado a partir da restauração *Meiji* (1868).

Notas:

¹ Alguns autores recuam um pouco mais no tempo, afirmando que o discurso europeu relativo à Ásia tem sua origem nas relações entre gregos (ocidentais) e persas (orientais). Como nosso foco aqui é o Extremo Oriente, colocamos em evidência o relato de Marco Polo como o pioneiro.

² Marco Polo em seus relatos se referiu aos líderes em Cathay e ao povo japonês como pessoas de cor *bianca*. A partir de meados do século XVI, mercadores, oficiais de governo (Tomé Pires, Duarte Barbosa, Jorge Alvarez) e o jesuítas (Francisco Xavier, Luiz Fróis) portugueses e de outras nações puderem “ter certeza” sobre os rumores de que os habitantes do Extremo Oriente eram brancos (“*gente bramqua*”, “*gente branca*”, “*colore candidi*”). Em relatos e documentos do período, a brancura (“whiteness”) de chineses e japoneses era enfatizada, não apenas em contraste às populações da Índia (vistas como cor de âmbar ou oliva), mas como elemento que representava (sob a perspectiva europeia) um grau mais elevado de civilização.

³ “By the end of the nineteenth century modern science had fully validated the yellow East Asian. But this yellowness had never ceased to be ceased to be a potentially dangerous and threatening racial category as well, becoming particularly acute after larger numbers of East Asians had actually begun to immigrate to the West starting in the middle of nineteenth century. The Far East now came to be seen as a “yellow peril”, a term coined in 1895 and generally credited to Kaiser Wilhelm II of Germany, specifically in response to Japan’s defeat of China, it’s far larger and more populous neighbor, at the conclusion of the Sino-Japanese War, also known as “The Yellow War”. (...) In China, where yellow was such an ancient and culturally significant color, the Wst’s notion of yellow race was a happy coincidence and could be proudly inverted as a term of self-identification rather than a just racial slur, and not simply a cultural symbol but the actual color of Chinese nonwhite, non-Western skin.” In: Keevak, Michael. *Becoming Yellow. A short History of Racial Thinking*. Princeton, Princeton University Press, 2011. Pp. 7-8.

⁴ “The national polity theory (*kokutai*), which viewed the Japanese state as a family and the Emperor as the patriarch, succeeded in both these aims. That is, by, extending the Confucian ethic of ‘respecting one’s parents to include ‘loyalty to Emperor’, it was possible both to pacify the populace and rural power-brokers who were anxious about the collapse of their traditional status,

and at same time to channel their loyalties towards the state.” In: Oguma, Eiji. *A Genealogy of ‘Japanese’ Self-Images*. Melbourne. Trans Pacific Press, 2002. p. 31

⁵ “But the twentieth-century Japanese religion of loyalty and patriotism, for in it pre-existing ideas have been sifted, altered, freshly compounded, turned to new uses, and have found a new centre of gravity. Not only is it new, it is not yet completed; it is still in process of being consciously or semi-consciously put together but the official class, in order to serve the interests of that class, and, incidentally, the interests of the nation at large. (...) come to pass that during the late nineteenth and early twentieth centuries the Japanese people, governors and governed alike, learned to forget the invented quality of the modern cult of the emperor and of the nation. Most people must have experienced a massive sudden case of what Pierre Bourdieu has termed “genesis amnesia”. History had somehow produced a forgetting of history, to the extent that recent fabrications had quickly passed into the subconscious area of seemingly natural and self-evident. In: Fujitani, T. *Splendid Monarchy. Power and pageantry in Modern Japan*. Berkeley, University California Press, 1998. p. 2

⁶ O intelectual japonês da Escola de Mito, Aizawa Seishisai (1781-1863), na obra *Shinron* (“Novas Teses”) de 1825 já dissertava sobre a necessidade da criação de um sentimento nacional (*kokutai*) para resistir a possível ameaça do Ocidente. “Aizawa, therefore, placed a system of particularistic ethnocultural education at the centre of His proposals. In order to preserve the spiritual solidarity that makes land and people a nation (*kokutai*)’it was necessary to foster a stronger sense of identity not just among traditional elites, but also among ordinary people. The call for the spiritual improvement of the Japanese populace was neither new nor especially national; Aizawa’s predecessors had also stressed the need the cultivate indigenous myths and religious doctrines as a prophylactic against Western excursions.” Apud: Erica Benner, “Japanese national doctrines in international perspective”. In: Shimazu, Naoko (edited by) *Nationalisms in Japan*. Sheffield Centre of Japanese Studies/Routledge Series, 2009. p. 20.

⁷ “Historians agree that international factors played an important role in stimulating national thinking in Japan. Foreigners pressures inspired emulation and resistance, helping to foster one of the most striking features of Japanese nation-building: its speedy pursuit of one of the most effective programmes of ‘modernization’ ever undertaken while harking back to archaic myths and traditions as the basis for a renovated national identity. (...) All argued that a primary goal of modern politics should be preserve Japan’s independence, in the minimal sense of avoiding control by foreigners” apud: Erica Benner, “Japanese national doctrines in international perspective”. In: Idem.. p. 09.

“According to (Tetsujiô) Inoue (1891), in the competitive jungle of international society, almost all Asian and African countries, with the exception of Japan. Had lost their independence and had either been colonised by Western Powers or fallen behind in the race towards civilisation and enlightenment. In this, environment, the people of the ‘very small country’, Japan, must be aware that they were ‘surrounded by ... enemies on all sides’, that all they could ‘depend on ... (are) our 40 million compatriots’, and that everyone needed to be ready to sacrifice their lives to maintain the independence of the state. Inoue emphasized that ‘as a general rule, the strength of a country is mainly determined by the degree to which public sentiment is united’, and claimed that that (sic) the Emperor and the Imperial Rescript on Education lay at the centre of Japan’s solidarity” In: .” In: Oguma, Eiji. *Op. cit.* p. 34.

⁸ “In general, popular images of the emperor before the Meiji era tended to be nonpolitical and rooted in folk religions, rather than political and representational of the national community.” In: Fujitani, T. *Op. cit.* p. 9

⁹ “During the Tokugawa period, then, Japan was populated by a people separated from one another regionally, with strong local rather than national ties. Horizontal social cleavages also marked off each social estate from the others, thus precluding the development of a strong sense of shared cultural identity. In addition, the common’s people knowledge of the emperor, potentially the most powerful symbol of the Japanese nation, was nonexistent, vagued or fused with folk beliefs in deities who might grant worldly benefits but who had little to do with the nation” (Idem.)

¹⁰ “(...) state education, with the help of Kiki myths, taught that the ancestors of Imperial Household, who had descended from Heaven were the ancestors of all “Japanese nationals. In the 1880s, a new course of ‘morals’ (*shûshin*) was established as a major part of compulsory education. It used the ancient myths to teach this ethic, and ensured that all students memorized the *Kyôiku Chokugo* (Imperial Rescript of Education), which glorified the national polity and argued that the unity of the family paralleled the unity of state. (...)The patriarchs of influential families, especially in rural areas, welcomed this approach because it meant that the state would help maintain their status by urging those subordinate to them in traditional communities to remain subordinate. This combination of Western modernization with what were claimed to be ‘traditional’ Japanese morals was known as ‘Wakon Yôsai’ (Japanese Spirit and Western Knowledge)” . In: Oguma, Eiji.. *Op. cit.* p. 32.

¹¹ “What this reveals concerning the popular foundations of modern Japanese nationalism is particularly interesting. The viewpoint expressed by Shiba Ryôtarô in his historical novel *Saka no ue no kumo* (Clouds above the Hill) –

that Japanese nationalism developed normally up to the time of Russo-Japanese War, and then something went wrong – is one still deeply rooted in Japanese society.(...) In fact, at the time of the war, Japanese society was clearly seized by an abnormal and fanatical excitement” In: Makito, Saya. *The Sino-Japanese War and the Birth of Japanese Nationalism*. (transl. by Bavid Noble). Tokyo, International House of Japan, 2011. p. xxiii.

¹² “The Sino-Japanese War of 1894-95 is a seminal event in world history. Yet it has been virtually ignored in the Western literature. This is not the case in the East.” In: Paine, S.C.M. *The Sino-Japanese War of 1894-1895. Perceptions, Power, and Primacy*. New York, Cambridge University Press, 2006. p. 3.

¹³ “(...) the Sino-Japanese War shook the foundations of the existing international order in East Asia. As a result of this war, Japanese nationalism had a crucial impact on China, with repercussions that echoed throughout East Asia and can still be felt today. In this aspect, the Sino-Japanese War may be seen as one of the most important turning points in the modern history of East Asia – a perception perhaps shared more widely in neighboring nations than in Japan.” In: Makito, Saya. *Op. cit.* p. xxi. “Korea seems a very poor place to fight for. Its people are plunged in the most miserable poverty-stricken East... Japan, in spite of all her mistakes, stands for light and civilization; her institutions are enlightened; her laws drawn up by European justice, are equal to the best we know, and they are justly administered; her punishments are humane; her scientific and sociological ideals are our own. China stands for darkness and savagery. Her science is ludicrous superstition, her laws is barbarous, her punishments are awful, her politics are corruption, her ideals are isolation and stagnation. By Sir Henry Norman, British Journalist, 1894. In: Paine, S.C.M. *Op. cit.* 21.

¹⁴ “Whereas the Sino-Japanese war was the defining moment of the Japanese departure from Asia (*Datsu-A*), the Russo-Japanese war had symbolised Japan’s entry into the West, and consequently, “Humanism” in Art extended to representations to enemy” Naoko Shimazu, *Japanese Society at War. Death, Memory and the Russo Japanese War*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. p. 42.

¹⁵ “To that end soon after the war with Russia began Harvard-educated Kaneko Kentaro who was a fluent English speaker with many friends in America of whom the foremost was the then President Theodore Roosevelt was sent to that country, while to Europe Suematsu Kenchō who had graduated from Cambridge University and was also fluent in English and well informed about the situation in Britain and other European countries was sent. Moreover

Suematsu had wonderful supporters in the former Colonial Secretary Joseph Chamberlain (1836-1914) and his son then Chancellor of the Exchequer Austen Chamberlain (1863-1937) who had graduated from the same university". In: Matsumura, Masayoshi. *Baron Suematsu in Europe During the Russo-Japanese War (1904-05) His Battle with Yellow Peril*. (Ian Ruxton trans.). North Carolina, Lulu Press, 2011. p. 20

¹⁶ "The Russo-Japanese War is generally acknowledged as the most significant conflict in the first decade of the twenty century". Apud: Zachmann, Matthias Urs. "Guarding the Gates of Our East Asia: Japanese Reactions to the Far Eastern Crisis (1897-98) as a Prelude to War". In: Kowner, Rotem (Edited by). *Rethinking the Russo-Japanese War, 1904-5. Centennial Perspectives. Volume I*. Kent, Global Oriental, 2007. p.13

"The Russo-Japanese War (1904-05) was the first great war of twentieth century. Advances in communications at that time made it also the most reported war in the world until then, with a flood of news stories, commentaries, analyses, essays, photography collections, books, and even movies in dozens of languages. To contemporaries, that war looked dramatic, epoch-making and unforgettable, something that many generations would recount and remember" Apud: Shillony, Ben-Ami & Kownen, Rotem. "The Memory and Significance of the Russo-Japanese War from a Centennial Perspective". In: Kowner, Rotem (Edited by). *Rethinking the Russo-Japanese War, 1904-5. Centennial Perspectives. Volume I*. Kent, Global Oriental, 2007. p.1.

¹⁷ "The Russo-Japanese conflict was Japan's most significant experience of war up until the disaster of 1937-45. It influenced all shades of political thought in Japan, almost certainly having a greater effect than in Russia (...). From the start, the war was inextricably linked with issues of national identity as well as national power. In retrospect, it became an important component of that identity, adding to the store of 'myths and memories for future generations' that contribute in the most fundamental way to the building of national consciousness" Apud: Sandra Wilson. "The Russo-Japanese War and Japan: Politics, Nationalism and Historical Memory". In: Wells, D. & Wilson, S. (edited by) *The Russo-Japanese War in Cultural Perspective, 1904-05*. New York, MacMillan Press, 1999. p. 160.

¹⁸ "In Japan, the victorious war produced inflated self-confidence, bolstered the position of the conservative leaders, and strengthened belief in military solutions. A generation later these trends would take Japan into a war with China, Britain and United States. The Russo-Japanese War provided a spurious model for the Pacific War. It convinced the Japanese that they could again defeat a strong Western adversary, if only they mobilized all their material and

spiritual resources. It was widely believed that because *yamato damashii* had beaten Russia, it would also beat the United States and Britain. The central position that the victory of 1905 occupied in the collective memory of prewar Japan was a major reason for the tragedy of 1945. Apud: Shillony, Ben-Ami & Kownen, Rotem. *Idem*, p. 7

¹⁹ “In wars fought between nation states, we assume that soldiers fight fully aware of their collective national identity. The Russo-Japanese war was no exception. The contemporary slogan of “honourable war death” (*meiyo no senshi*) stilled patriotism and selfless loyalty of the ‘*kokumin*’ (national subject) to the state. In fact, the term, ‘*kokumin*’ conveyed the Japanese state’s strongly modernist political agenda, to change people into ‘Japanese people’, by shifting their collective consciousness from their predominantly locally based identity to the centralized national identity of the New Japan. Arguably, The Russo-Japanese war was the defining event in consolidating the identity of ordinary Japanese as *kokumin*. Yet “[t]he Japanese...were no instant patriots either, nor was the process [of converting Japanese into *kokumin*] as irrevocably thorough as it may sometimes seem’.” Apud: Naoko Shimazu. “Reading the diaries of Japanese conscripts. Forging national consciousness during the Russo-Japanese war”. In: Shimazu, Naoko (edited by). *Op.. cit..* p. 41. “Moreover, the prominence of cultural means of disseminating images of war, and the seeming abundance and availability of such war images, made Japanese society appear highly patriotic”. Naoko Shimazu, *Japanese Society...Op. cit..* p. 22.

²⁰ *Idem*.

Bibliografia:

Chamberlain, B.H. *The Invention of a New Religion*. London, Watts and Co., 1912.

Baker, Colin. “Origins and Significance of the Meiji Restoration” (1982). Student handout for a course at Manchester Polytechnic.

Link: <http://www.marxists.de/fareast/barker/index.htm> (Acessado em 10/01/2015)

Beckmann, George M. *The Modernization of China and Japan*. New York, Harper & Row, Publishers, 1962.

Befu, Harumi. “Japanese Transnational Migration in Time and Space. An Historical Overview”. In: Nobuko Adachi (Org.) *Japanese and Nikkei at Home and Abroad. Negotiating Identities in a Global World*. New York, Cambria Press, 2010. pp. 31-47.

Dezem, Rogério. *Matizes do 'amarelo': a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo, FAPESP/Humanitas, 2005.

Doak, Kevin M.. "Ethnic nationalism and romanticism in early twentieth-century Japan" in: Michel Weiner (Editor), *Race, Ethnicity and Migration in Modern Japan*. Vol. 1. London, RoutledgeCurzon, 2004. pp. 13-40.

Handa, Tomoo. *O imigrante japonês. História de sua vida no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor Ltda., 1987.

Freyre, Gilberto. *China Tropical e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. Edson Nery da Fonseca (Org.). São Paulo, Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

Fujitani, T. *Splendid Monarchy. Power and pageantry in Modern Japan*. Berkeley, University California Press, 1998.

Geiger, Andrea. "Negotiating the boundaries of race and class: Meiji Diplomatic Responses to North American Categories of Exclusion". BC Studies, no. 156, Winter 2007/08.

Link: <http://ojs.library.ubc.ca/index.php/bcstudies/article/viewArticle/609>. (Acessado em 25/07/2011)

Gluck, Carol. *Japan's Modern Myths*. Princeton, Princeton University Press, 1985.

Howell, David L.. "Ethnicity and Culture in Contemporary Japan" in: Michel Weiner (editor), *Race, Ethnicity and Migration in Modern Japan*. Vol. 1. London, RoutledgeCurzon, 2004. pp. 103-118.

Hutchinson, Rachael. *Nagai Kafû's Occidentalism. Defining the Japanese Self*. University of New York Press, 2011.

Iizawa, Kohtaro. "The Shock of the Real. Early Photography in Japan". In: Robert Stearns (org.). *Photography and Beyond in Japan*. New York, Times Mirror Company, 1995. pp.37-49.

Keevak, Michael. *Becoming Yellow. A short History of Racial Thinking*. Princeton, Princeton University Press, 2011.

Shillony, Ben-Ami & Kownen, Rotem. "The Memory and Significance of the Russo-Japanese War from a Centennial Perspective". In: Kowner, Rotem

(Edited by). *Rethinking the Russo-Japanese War, 1904-5. Centennial Perspectives. Volume I*. Kent, Global Oriental, 2007. p. 1.

Makito, Saya. *The Sino-Japanese War and the Birth of Japanese Nationalism*. (transl. by Bavid Noble). Tokyo, International House of Japan, 2011.

Nishi, Ian. *The origins of Russo-Japanese war*. Essex, Longman, 1985.

Matsumura, Masayoshi. *Baron Suematsu in Europe During the Russo-Japanese War (1904-05) His Battle with Yellow Peril*. (Ian Ruxton trans.). North Carolina, Lulu Press, 2011.

Oguma, Eiji. *A Genealogy of 'Japanese' Self-Images*. Melbourne. Trans Pacific Press, 2002.

Paine, S.C.M. *The Sino-Japanese War of 1894-1895. Perceptions, Power, and Primacy*. New York, Cambridge University Press, 2006.

Pollak, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". Rio de Janeiro, *Revista Estudos Históricos*, vol. 2. No. 3, 1989. pp. 3-15.

Ribeiro, Maria T. Janine. *Desejado e temido: o preconceito contra o imigrante italiano na Primeira República*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1985.

Benner, Erica. "Japanese national doctrines in international perspective" In: Naoko Shimazu (edited by) *Nationalisms in Japan*. Sheffield Centre of Japanese Studies/Routledge Series, 2009. p. 20

_____. *Japanese Society at War. Death, Memory and the Russo Japanese War*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.

Weiner, Michael. "'Self' and 'Other' in Imperial Japan." In: Michael Weiner (Editor). *Japan Minorities. The Illusion of Homogeny*. 2nd. Ed. London, Routledge Series, 2008. pp. 1-20.

Wilson, Sandra. "The Russo-Japanese War and Japan: Politics, Nationalism and Historical Memory". In: Wells, D. & Wilson, S. (edited by) *The Russo-Japanese War in Cultural Perspective, 1904-05*. New York, MacMillan Press, 1999. p. 160.